

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	21
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	29
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	30
10.8 - Plano de Negócios	31
10.9 - Outros fatores com influência relevante	32

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

• Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, na qual estão atreladas ao CDI. A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 5.358 e R\$ 10.716 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de dezembro de 2011.

• Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior. A Companhia possui controladas no exterior, onde as moedas funcionais são o Peso Argentino e o Peso Chileno. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino e ao Peso Chileno, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 uma redução no montante total de R\$ 1.892 e R\$ 3.784 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a variação de ambas as moedas. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 uma redução no montante de R\$ 5.882 e R\$ 11.763 no seu patrimônio líquido. A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 1.833 e R\$ 3.666.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

• Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Análise de sensibilidade

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras. Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros de 1,5% ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2011, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,04%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes à cenários distintos. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2011	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	158.067	CDI	10,04%	7,53%	5,02%
Receita financeira bruta			15.870	11.902	7.935

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 – Outras informações relevantes

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.1. Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

2011

Conseguimos alcançar nesse quarto trimestre um EBITDA Ajustado de R\$ 56,2 milhões, o maior resultado de nossa história e concluímos 2011 com um EBITDA acumulado 14,3% maior do que o obtido em 2010, atingindo enfim a cifra de R\$ 200 milhões, um marco tão esperado por nós. Importante salientar que, apesar de nossa tradição em aquisições de empresas e das várias oportunidades analisadas durante o ano, este crescimento foi totalmente orgânico, com aumento de 15,5% em nossas vendas líquidas. Pelo décimo quarto ano consecutivo obtivemos aumento do lucro, que este ano foi 28,6% maior em comparação a 2010, o que atesta a eficácia gerencial do nosso time e a incessante busca pela excelência em nossas ações, sempre preparando a Empresa para as oportunidades apresentadas pelo mercado. Estes resultados tiveram desdobramentos muito positivos, como a concretização da vice-liderança no mercado de SIM Cards, ressaltando que nossa entrada neste segmento somente ocorreu em 2009. Da mesma forma, demonstrando como a Valid está sempre pronta a acompanhar as evoluções do mercado, estamos entrando no segmento de transações *mobile* e dois importantes passos foram dados nesta direção: o desenvolvimento da tecnologia NFC (Near Field Communication) pela nossa subsidiária espanhola e a parceria com a Bell ID para as ofertas locais de TSM (Trusted Service Manager). O ano de 2011 marcou também o início do negócio de Certificação Digital, com a criação da Valid Certificadora Digital, que comprovou a capacidade da Empresa de buscar o novo, transformando-o em realidade, em curto espaço de tempo. No que se refere às remunerações aos acionistas, destacamos que, em maio de 2011, foi aprovado aumento de capital com bonificação em ações na proporção de uma ação para cada dez papéis detidos. Além disso, como demonstração real de que a Empresa está sempre procurando o melhor retorno para seus acionistas, aumentamos o payout de 30% para 40% nos adiantamentos trimestrais de dividendos e JCP, além da proposta de distribuição de 80% do Lucro Líquido Ajustado, referente ao exercício de 2011. Em outubro de 2011, fizemos uma captação de R\$ 100 milhões por meio da emissão de debêntures, a uma taxa de CDI + 0,93%, considerada bastante atrativa pelo mercado. Este dado reflete o baixo risco empresarial associado à nossa Companhia e a confiança nos negócios por ela conduzidos. Sob o aspecto tecnológico, também ocorreu uma importante evolução. Passamos a realizar o encapsulamento de chips no Brasil, consequência do desenvolvimento da tecnologia nacional e da eliminação dos riscos relacionados à dependência do mercado fornecedor internacional. Entendemos que no segmento em que a Valid atua, o futuro é a mobilidade. Nesse sentido, todos os recursos da empresa são acionados para alinhar nossas práticas, linhas de produção e modelo de gestão com esta visão. Para isso, temos orgulho em reafirmar que somos a única empresa brasileira, deste porte que opera neste mercado, possuindo aproximadamente cinco mil funcionários e tecnologia de ponta, além do que é, seguramente, o mais importante fator competitivo: o comprometimento que permeia toda a nossa força de trabalho.

2010

Numa trajetória consecutiva e ininterrupta que se iniciou em 1998, conseguimos pelo décimo - terceiro ano seqüencial aumentar esse lucro, com uma taxa média de expansão nesse período de 19% a cada ano. Um crescimento sólido, constante e por um prazo longo, meta objetivada por muitos, mas alcançada por poucos. Esse objetivo foi atingido num ano de expressivas mudanças dentro de nossa empresa e nos mercados em que atuamos, transformações que gostaria agora de detalhar. Em abril, os acionistas elegeram um novo Conselho de Administração, com renovação da maioria de seus membros. Entramos assim em nova fase de governança adaptada ao modelo de capital pulverizado, com membros independentes sugeridos por acionistas relevantes. Acredito que com essa mudança fizemos uma transição sem traumas de uma empresa de capital fechado de controlador definido, para uma verdadeira "corporation" no modelo das melhores empresas existentes. Evoluímos sem ruído ou distúrbio. Mais recentemente ainda, mudamos nossa razão social, nossa marca, a maneira como nos apresentamos e como somos identificados pela sociedade. De novo uma mudança importante, e para nós histórica, realizada de maneira tranquila. VALID é o nosso nome, que define o que queremos ser: uma palavra de valor. Uma tradição de 50 anos de atendimento às demandas de nossa clientela com total confiabilidade encontra agora um novo símbolo – a confiança continua sendo o nosso negócio e nosso nome agora é VALID. Outro movimento essencial foi a solidificação de nossa presença no mercado de cartões SIM para celulares, após a aquisição da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

microeletrônica na Espanha. Não só os retornos conseguidos com essa aquisição superaram as nossas expectativas, como nosso domínio tecnológico foi ampliado pela absorção da valiosa equipe de engenheiros lotada em Madrid. Tudo indica que o mercado de pagamentos móveis terá papel central no desenvolvimento de nosso negócio, e, tendo essa perspectiva em vista, adquirimos em meados do ano, em sociedade com a CIELO, o controle da M4U, empresa que reconhecidamente é pioneira no desenvolvimento de aplicativos e soluções nessa área. Iniciamos um posicionamento que deverá ter desdobramentos promissores. Na área de operações é necessário ressaltar a reversão dos resultados conseguidos pela nossa unidade gráfica. Em 2009 decepcionamos, mas a troca de lideranças e a alteração no modelo de negócios levaram a bons resultados em 2010. Capacidade de resposta gerencial é essencial em qualquer empresa, e acredito que nesse episódio demonstramos a qualidade de nossa gestão. Foi ainda confirmada, em 2010, a obsolescência do cartão indutivo para telefonia pública, que durante muitos anos foi responsável por parcela expressiva de nossos resultados, mas que agora pouco contribui. Conseguimos manter nossas despesas corporativas (S,G&A) abaixo de 8% da receita, no que acreditamos ser um benchmark global. Terminamos o ano com aproximadamente R\$ 140 milhões em caixa, tendo investido mais de R\$ 68 milhões em aquisições e ativos. Nossa dívida líquida ficou abaixo de 0,25 X EBITDA, numa posição sólida que nos permite prever novas alavancagens. Conforme a tradição, distribuimos 30% de nosso lucro aos acionistas, em pagamentos trimestrais. Passamos esse ano de 5 mil colaboradores diretos, no Brasil, Argentina e Espanha. 5 mil pessoas que partilham da nossa crença que nossa palavra tem valor, numa cultura forte, arraigada em nossa gente. Em 2010, continuamos a ser a empresa brasileira líder em soluções para identificação segura. Identificamos indivíduos de maneira precisa, objetos com garantia, movimentações com segurança. Somos parceiros preferenciais dos sistemas financeiros e de telecomunicações, e trabalhamos há várias décadas com governos estaduais com desempenho impecável. Nada disso teria sido possível sem o empenho dos nossos colaboradores, a quem aqui agradeço, destacando a atuação do Jose Roberto Mauro que liderou nossas operações nesse momento de transição. Especial agradecimento aos nossos clientes, que seguem conosco há muitos anos, e com quem queremos cada vez mais estreitar nossos laços. E por fim, em nome de nosso Conselho de Administração, agradeço a confiança de nossos acionistas e reitero nosso compromisso de continuar trabalhando de maneira eficiente e dedicada para a criação de valor na Valid.

2009

Num ano de contrações em muitos segmentos conseguimos seguir crescendo. O Lucro Líquido Ajustado aumentou 9% e atingiu R\$81 milhões, no 12º ano consecutivo de lucratividade crescente. As reservas de Caixa, que começaram o ano com R\$45 milhões, somavam R\$108 milhões ao final do exercício, num esforço gerencial bem-sucedido de administração do capital de giro e gestão de caixa. Mesmo o ano sendo muito difícil, mantivemos nossa liderança de mercado, e nos aventuramos com êxito em novos mercados e tecnologias, especialmente nos cartões inteligentes e nos cartões SIM. Duas das três divisões da empresa produziram resultados abaixo do esperado, com isso o Ebitda ajustado reduziu-se em 12% e chegamos a R\$ 146 milhões, menos do que gostaríamos mas ainda um número significativo. A queda no Q4 foi abrupta e demonstra a continuação do declínio dos cartões indutivos usados na telefonia pública. Com isso o Ebitda da divisão de cartões foi reduzido em R\$11 milhões, ou 18% sobre o alcançado no ano passado. A mudança de nossa unidade Gráfica para Sorocaba acabou ensejando custos maiores do que esperávamos. Acoplado a um mercado bem mais competitivo, o Ebitda da Divisão Gráfica caiu de R\$33 para R\$20 milhões, uma queda de 40%.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) hipótese de resgate

A Companhia não considera a hipótese de resgates de suas ações

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradores de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são de curto prazo. A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercado de risco e/ou de derivativos. Além disso, apresentamos sólidos indicadores de liquidez.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados**

Historicamente, a Companhia tem financiado suas atividades com capital próprio, devido a sua forte geração de caixa e baixo nível de endividamento. Em 31 de dezembro de 2011, nossa dívida líquida era de R\$ 41,2 milhões.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função de a Companhia ser forte geradora de caixa, a Administração entende que não serão necessárias outras fontes de financiamento para capital de giro e que, de acordo com nossas projeções, não teremos problemas relativos à falta de liquidez. Entretanto, outras fontes de financiamento poderão ser demandadas, por exemplo, caso tenhamos projetos de aquisições de participação em outras empresas que venham agregar valor aos negócios da Companhia e aos nossos acionistas.

f) níveis de endividamentos e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento bruto da Valid no final de 2011 foi de R\$ 213 milhões, sendo esse montante dividido entre R\$ 77 milhões no Curto Prazo e R\$ 136 milhões no longo prazo. A dívida líquida ficou em R\$ 41,2 milhões. Essa dívida é decorrente das duas Emissões de Debêntures da companhia: a primeira foi realizada em 2008, no montante de R\$ 180 milhões e prazo da emissão de 5 anos, sendo 3 de carência e com pagamento semestral de juros e remuneração de CDI + 1,50% a.a.

No dia 17 de outubro de 2011, a VALID S.A. realizou a 2ª emissão, no valor de R\$ 100 milhões. A amortização integral das debêntures será realizada na data de vencimento, em 2 anos. As debêntures farão jus a uma remuneração semestral de CDI + 0,93%.

Os indicadores financeiros da Valid em 2011 ficaram bem abaixo dos covenants das Emissões (1ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 2,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x, 2ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x), mostrando que a companhia possui espaço para elevar seu grau de endividamento.

1ª Emissão de Debêntures	2ª Emissão de Debêntures
▀ R\$ 180 milhões	▀ R\$ 100 milhões
▀ Emissão: Abr/2008	▀ Emissão: Out/2011
▀ 1ª parcela: Abr/2011	▀ Parcela Única (pagamento principal): Out/2013
▀ Remuneração: CDI + 1,5% a.a	▀ Remuneração: CDI + 0,93% a.a (pagamentos semestrais)
▀ Prazo: 5 anos	▀ Prazo: 2 anos
▀ Período de Carência: 3 anos	

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não temos outras relações de longo prazo.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O endividamento da Companhia é limitado pelo cumprimento, por parte da Emissora, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis, devido à Emissão de Debêntures, os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

10. Comentários dos diretores / 10.1 Condições financeiras/patrimoniais

1) Relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA:

$$\frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA}} \leq 2,5$$

2) Relação de Cobertura de Juros:

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesas Financeiras}} \geq 2,0$$

Para os fins do disposto acima, definem-se:

“Dívida Líquida” significa o saldo de dívidas bancárias de curto e longo prazo, incluindo a Dívida relativa às Debêntures, menos o numerário disponível (disponibilidades) em caixa. “EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido, relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

“Despesas Financeiras” significam as despesas relativas a um período de 12 meses efetivamente contabilizadas, referente às Debêntures e dívidas bancárias.

Todos os valores utilizados para cálculos dos índices acima mencionados referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Balancos patrimoniais levantados
em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		
	2011	2010	2009
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	171.780	139.744	108.090
Contas a receber de clientes	153.504	125.814	95.183
Provisão para perdas sobre crédito	(976)	(1.340)	(1.609)
Créditos com partes relacionadas	-	-	-
Impostos a recuperar	32.167	28.183	31.173
Estoques	100.253	84.969	81.042
Dividendos a receber	-	-	-
Outras contas a receber	4.414	3.606	3.893
Despesas antecipadas	6.151	411	58
Total do ativo circulante	467.293	381.387	317.830
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	12.279	7.827	6.273
Impostos a recuperar	3.555	247	2.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.185	7.244	16.535 ¹
Outras contas a receber	147	135	-
Investimentos	3.429	2.282	-
Imobilizado	246.750	232.029	239.199
Intangível	168.963	169.953	126.628
Total do ativo não circulante	448.308	419.717	391.394
Total do Ativo	915.601	801.104	709.224

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado		
	2011	2010	2009
Passivo circulante			
Fornecedores	62.951	39.296	28.801
Débitos com partes relacionadas	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	700	495	180
Debêntures	76.974	76.191	3.449
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	38.949	32.076	22.369
Impostos, taxas e contribuições a recolher	28.235	27.878	25.323
Parcelamento de débitos fiscais	579	699	1.657
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.798	9.230	4.501
Outras contas a pagar	3.758	2.412	2.907
Total do passivo circulante	222.944	188.277	89.187
Passivo não circulante			
Fornecedores	2.453	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	113
Debêntures	136.000	108.000	180.000
Parcelamento de débitos fiscais	1.643	3.247	8.156
Provisões	22.293	26.275	27.823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.963	9.820	7.820 ¹
Contas a pagar-aquisição de empresas	4.000	4.000	4.000
Outras contas a pagar	2.995	6.435	3.073
Total do passivo não circulante	189.347	157.777	230.985
Patrimônio líquido			
Capital social	360.000	260.000	260.000
Ações em tesouraria	(7.485)	(1.199)	(7.153)
Reserva de capital	6.111	6.111	6.018
Reserva de lucros	79.277	184.946	122.849
Ajustes acumulados de conversão	(504)	(3.279)	(1.311)
Proposta de dividendos / juros sobre capital próprio adicionais	65.911	8.471	8.649
Lucro do período	-	-	-
Total do patrimônio líquido	503.310	455.050	389.052
Total do passivo e patrimônio líquido	915.601	801.104	709.224

Imposto de renda e contribuição social diferidos ¹ : Não foram realizadas reclassificações no exercício de 2009 que ocorreram em 2011 e 2010

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Demonstração do resultado
dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		
	2011	2010	2009
Receita de vendas líquida	873.919	756.849	706.326
Custos das mercadorias e serviços	(628.791)	(560.068)	(540.664)
Lucro bruto	245.128	196.781	165.662
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(56.401)	(34.273)	(25.415)
Despesas administrativas	(33.712)	(23.849)	(20.877)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.152)	(1.985)	(3.791)
Resultado de equivalência patrimonial	3.847	905	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	155.710	137.579	115.579
Receitas financeiras	15.344	12.468	12.147
Despesas financeiras	(62.126)	(38.902)	(43.052)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	108.928	111.145	84.674
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.145)	(19.684)	(19.812)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.448)	(11.940)	(11.886)
Resultado após os impostos sobre o lucro	75.335	79.521	52.976
Reversão de juros sobre o capital próprio	36.485	14.399	20.417
Resultado líquido do exercício	111.820	93.920	73.393
Nº de ações	55.349	51.500	51.500
Resultado líquido por ação (R\$)	2,0203	1,8237	1,4251

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Consolidado	31/12/2011	31/12/2010	AH-%	AV-%	AH-R\$
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	171.780	139.744	22,92%	36,76%	32.036
Contas a receber de clientes	153.504	125.814	22,01%	32,85%	27.690
Provisão para perdas sobre crédito	(976)	(1.340)	-27,16%	-0,21%	364
Impostos a recuperar	32.167	28.183	14,14%	6,88%	3.984
Estoques	100.253	84.969	17,99%	21,45%	15.284
Outras contas a receber	4.414	3.606	22,41%	0,94%	808
Despesas antecipadas	6.151	411	1.396,59%	1,32%	5.740
Total do ativo circulante	467.293	381.387	22,52%	100,00%	85.906
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	12.279	7.827	56,88%	2,74%	4.452
Impostos a recuperar	3.555	247	1.339,27%	0,79%	3.308
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.185	7.244	82,01%	2,94%	5.941
Outras contas a receber	147	135	8,89%	0,03%	12
Investimentos	3.429	2.282	50,26%	0,76%	1.147
Imobilizado	246.750	232.029	6,34%	55,04%	14.721
Intangível	168.963	169.953	-0,58%	37,69%	(990)
Total do ativo não circulante	448.308	419.717	6,81%	100,00%	28.591
Total do ativo	915.601	801.104	14,29%		114.497

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Consolidado	31/12/2011	31/12/2010	AH-%	AV-%	AH-R\$
Passivo circulante					
Fornecedores	62.951	39.296	60,20%	28,24%	23.655
Débitos com partes relacionadas					
Empréstimos e financiamentos	700	495	41,41%	0,31%	205
Debêntures	76.974	76.191	1,03%	34,53%	783
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	38.949	32.076	21,43%	17,47%	6.873
Impostos, taxas e contribuições a recolher	28.235	27.878	1,28%	12,66%	357
Parcelamento de débitos fiscais	579	699	-17,17%	0,26%	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.798	9.230	16,99%	4,84%	1.568
Outras contas a pagar	3.758	2.412	55,80%	1,69%	1.346
Total do passivo circulante	222.944	188.277	18,41%	100,00%	34.667
Passivo não circulante					
Fornecedores	2.453	-	-	1,30%	2.453
Debêntures	136.000	108.000	25,93%	71,83%	28.000
Parcelamento de débitos fiscais	1.643	3.247	-49,40%	0,87%	(1.604)
Provisão para contingências	22.293	26.275	-15,16%	11,77%	(3.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.963	9.820	103,29%	10,54%	10.143
Contas a pagar-aquisição de empresas	4.000	4.000	0,00%	2,11%	-
Outras contas a pagar	2.995	6.435	-53,46%	1,58%	(3.440)
Total do passivo não circulante	189.347	157.777	20,01%	100,00%	31.570
Patrimônio líquido					
Capital social	360.000	260.000	38,46%	71,53%	100.000
Ações em tesouraria	(7.485)	(1.199)	524,27%	-1,49%	(6.286)
Reserva de capital	6.111	6.111	0,00%	1,21%	-
Reserva de lucros	79.277	184.946	-57,14%	15,75%	(105.669)
Ajustes acumulados de conversão	(504)	(3.279)	-84,63%	-0,10%	2.775
Proposta de dividendos/juros sobre capital próprio adicionais	65.911	8.471	678,08%	13,10%	57.440
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	503.310	455.050	10,61%	100,00%	48.260
Total do passivo e patrimônio líquido	915.601	801.104	14,29%		114.497

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2011 e 2010:

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$915.601 mil em 2011, aumento de 14,29% em relação aos R\$801.104 mil de 2010. Os principais fatores que contribuíram para este crescimento foram os seguintes: Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$139.744 mil, em 2010, para R\$171.780 mil, em 2011 impulsionado basicamente pela captação da 2ª emissão de Debêntures no valor de R\$100.000 milhões; Contas a receber de clientes, que saiu de R\$125.814 mil, em 2010, para R\$153.504 mil, em 2011 devido ao aquecimento da divisão de Telecom; e dos Estoques que passaram de R\$ 84.969 mil, em 2010, para R\$ 100.253 mil, em 2011 justificados pela compra de chips para a divisão de Telecom e a Valid Certificadora que iniciou as operações no final de 2011. Em adicional, reduzimos a conta de provisão para perda sobre crédito de liquidação duvidosa em 27,16% comparado ao ano anterior, na qual ressalta o nosso crescimento nas vendas, mas com redução da inadimplência dos clientes. O Ativo Circulante no ano de 2011 representou 51,04% do valor total do ativo, comparado com 47,61% em 2010, registrando uma variação de 3,43 pontos percentuais.

Ativo não circulante: O Ativo não circulante totalizou R\$448.308 mil em 2011, aumento de 6,81% em relação a 2010. Este aumento se deu principalmente nas seguintes contas: Crescimento de 6,34% com aquisições de Imobilizado, 56,88% em Depósitos judiciais face ações trabalhistas e 82,01% do Imposto de renda e contribuição social diferidos, impulsionado basicamente pelos pagamentos de JSCP e outras adições temporárias. O ativo não circulante de 2011 representou 48,96% do ativo total, comparado com 52,39% em 2010, representando uma queda de 3,43 pontos percentuais.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 2011 foi de R\$222.944 mil, apresentando um aumento de 18,41% em relação ao ano de 2010, o qual foi de R\$188.277 mil. Este aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: Aumento na conta de Fornecedores que passou de R\$39.296 mil para R\$62.951 mil, em 2011 impulsionado pela divisão de Telecom e pelo aumento de 21,43% em Salários, provisões e encargos sociais a recolher, passando de R\$32.076 mil em 2010, para R\$38.949 mil, em 2011. O Passivo Circulante no ano de 2011 representou 24,35% do valor total do Passivo do mesmo ano, comparado com 23,50% em 2010, representando um pequeno aumento de 0,85 pontos percentuais.

Passivo Exigível em Longo Prazo: O passivo exigível a longo prazo totalizou R\$189.347 mil em 2011 e R\$157.777 mil em 2010, apresentando um aumento de 20,01%, oriundo principalmente da 2ª emissão de Debêntures no montante de R\$100.000 mil e os pagamentos no montante de R\$72.000 mil referentes a 1ª emissão, redução de 15,16% na linha de provisões e aumento de R\$10.143 mil nas contas de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, cuja natureza refere-se a amortização fiscal do ágio. O Passivo exigível a longo prazo no ano de 2011 representou 20,68% do passivo total, comparado com 19,69% de 2010, representando um aumento de 0,99 pontos percentuais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2011, apresentamos uma nova estrutura de negócios focando nossas atividades nas necessidades do cliente e não mais no produto. Desta forma, a segmentação das linhas de cartões e serviços gráficos foi reorganizada por especialidade: Meios de Pagamento e Telecomunicações. Essas duas divisões, juntamente com a Divisão de Identificação, compõem agora nossa estrutura interna de negócios. Entendemos que esta é uma forma mais moderna e dinâmica de direcionarmos a empresa para o futuro.

Na divisão de Meios de Pagamento o foco está no atendimento à grandes instituições financeiras e varejistas, que contam com a experiência de quem, a mais de 50 anos, atua nesse segmento, contribuindo para que cada vez mais brasileiros realizem seus sonhos de consumo usufruindo a segurança e comodidade dos serviços e soluções Valid. Nossa expectativa neste mercado é com relação às transações móveis, que acreditamos terem forte tendência de crescimento para os próximos anos.

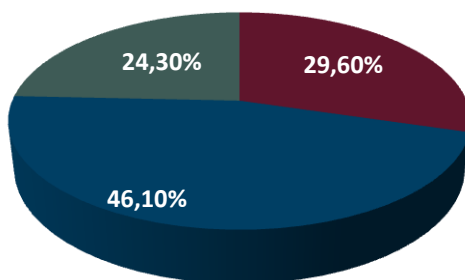
Nosso negócio em telefonia era, há três anos, muito restrito à telefonia pública, entretanto, este cenário mudou quando entramos no mercado de SIM Cards. Com a aquisição da Valid Espanha e a contratação de pessoas especializadas nesta área estamos desenvolvendo uma linha completa de produtos e serviços que oferecem aos nossos clientes o que há de mais moderno para atender as suas demandas por transformações tecnológicas cada vez mais rápidas e profundas. Através de soluções inovadoras e totalmente alinhadas às tendências do setor, conseguimos ao longo deste período um posicionamento crescente no mercado de telecomunicações brasileiro.

No segmento de Sistemas de Identificação, somos responsáveis pela grande maioria das carteiras de habilitação emitidas no país e estamos presentes em 14 estados, com 1800 profissionais atendendo ao cidadão brasileiro diariamente. O maior acontecimento neste setor é o novo Registro de Identificação Civil (RIC), anunciado pelo Governo Federal. A chegada do RIC permitirá que cada cidadão seja reconhecido nacionalmente por um único número, tal como acontece hoje com cada portador de uma CNH.

Em 2011, a Receita Líquida Consolidada atingiu R\$ 873,9 milhões, 15,5% superior aos R\$ 756,8 milhões, atingidos em 2010.

A composição da Receita Líquida da companhia pode ser representada pelos segmentos de: Meios de Pagamentos, Sistema de Identificação e Telecomunicação. O primeiro destes possui uma participação de 46,1% no mix de receitas da Companhia. O Sistema de Identificação possui 29,6% e Telecomunicação 24,3%.

Receita Líquida 2011



■ Sistema de Identificação ■ Meios de Pagamentos ■ Telecomunicação

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2010, a Receita Líquida consolidada atingiu R\$ 756,8 milhões, 7,1% superior a 2009 quando a receita alcançou R\$ 706,4 milhões. Uma marca importante alcançada em 2010 foi o 13º ano consecutivo de crescimento da Receita Líquida, a uma taxa média de 13,8% ao ano. Em relação à composição da Receita Líquida da companhia, a divisão de Serviços Gráficos representou em 2010 35,0% da receita total, 3,3 p.p. inferior à registrada em 2009. A participação da divisão de Cartões avançou de 32,7% em 2009 para 34,6% em 2010. Sistemas de Identificação foi responsável por 30,4% da receita total, avanço de 1,4 p.p. em relação a 2009.

Em 2009, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 706,4 milhões, 12º ano consecutivo de crescimento, a uma taxa média de 14,4%.

A composição da receita líquida da companhia:

- A divisão de Serviços Gráficos representou em 2009 38,3% da receita total;
- A participação da divisão de Cartões cedeu levemente de 36,0% em 2008 para 32,7% em 2009;
- Sistemas de Identificação manteve-se semelhante ao ano anterior, com 29,0% da receita líquida.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve fatores que afetaram materialmente os resultados.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos firmados entre a Companhia e os órgãos públicos Estaduais prevêem reajustes de preços baseados nos índices de inflação IPC-A e IGP-M.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há impacto significativo a ser evidenciado.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Esperamos que com a entrada em operação definitiva do segmento de Certificação Digital, receitas sejam incorporadas ao resultado da Valid.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2011, demos início ao negócio de Certificação Digital, com a criação da Valid Certificadora Digital. Construímos a infraestrutura necessária e, neste momento, estamos em fase de homologação junto ao ITI.

2010 - Aquisição da Microeletrônica Espanhola e Aquisição da M4U

2009 - American Banknote vende participação remanescente (100% free float)

2008 - Aquisição da Interprint

2007 - Aquisição da Transtex

2006 - Aquisição da Trust e IPO

2005 - Aquisição da CSM

1998 - Aquisição da Menno Cartões

1997 - Aquisição da Gráfica do Itaú

1996 - Aquisição da Gráfica do Unibanco

1995 - Aquisição da Gráfica do Bradesco

1993 - American Banknote adquire a Thomas De La Rue

1957 - Início das operações no Brasil com o nome Thomas De La Rue

c) eventos ou operações não usuais

Nenhum evento não usual a destacar

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Vide item b) abaixo.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Novos pronunciamentos contábeis

i) Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro ("CPC 00"), aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 15(R1) – Combinação de Negócios ("CPC 15"), aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

CPC 19(R1) – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) ("CPC 19"), aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos ("CPC 20"), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis ("CPC 26"), aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011.

ii) Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu as seguintes principais normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 – Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas "Grupo"), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	2011	2010
Valid Participações Ltda. ("Valid Par")	100	100

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

CSB Transtex Chile S.A. ("Transtex Chile")	(i) 100	(i) 100
Incard do Brasil Ltda. ("Incard")	(ii) 50	(ii) 50
Interprint Ltda. ("Interprint")	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. ("Certificadora")	(iii) 100	-
Valid Soluciones Tecnológicas ("Valid Espanha") (iv)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. ("Valid Argentina")	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. ("Trust")	100	100

(i) Participação direta e indireta.

(ii) Participação indireta através da Interprint Ltda.

(iii) Empresa constituída em 2011.

(iv) Anteriormente denominada Microelectronica Española S.A.U.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

O investimento que a Companhia possui na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay") é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa, mas não o controle, e, sendo assim, não é consolidada.

Considerando a existência de acordos de acionistas para a administração compartilhada da Incard, suas demonstrações financeiras foram consolidadas proporcionalmente com base no respectivo percentual de participação.

As rubricas sumarizadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada em conjunto Incard, incluída na consolidação, depois de aplicadas as proporções de participações acionárias, são assim resumidas:

Incard		
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
Ativo circulante	30.624	18.468
Ativo não circulante	6.385	2.044
Total do ativo	37.009	20.512
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	15.537	6.944
Passivo não circulante	954	-
Patrimônio líquido	20.518	13.568
Total do passivo e patrimônio líquido	37.009	20.512
	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida de vendas	43.734	33.691
Custo das vendas	-32.086	-25.609
Lucro bruto	11.648	8.082

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Receitas (despesas) operacionais,	-1.710	166
líquidas		
Despesas financeiras, líquidas	-49	-
Imposto de renda e contribuição social	-2.941	-2.911
Lucro líquido do exercício	6.948	5.337

(b) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

(c) Investimento em coligada

O investimento da Valid na coligada Multidisplay é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

(d) Investimento em empreendimento controlado em conjunto

A Valid mantém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da Incard, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Valid nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e a Incard. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

(e) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

(f) transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**(g) Empresas do Grupo**

As demonstrações financeiras das controladas Valid Argentina, Transtex Chile e Valid Espanha, sediadas respectivamente na Argentina, Chile e Espanha, foram preparadas com base na moeda funcional daqueles países. Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

(h) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

(i) Venda de produtos

As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

(j) Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

(k) Impostos

a. Imposto de renda e contribuição social – correntes : Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

b. Imposto diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

c. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

(l) Transações envolvendo pagamento baseado em ações

A Companhia outorgou aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa, as opções de compras de ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são calculadas durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos programas.

Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Mensuração subsequente: A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

O Grupo não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O Grupo não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de controles internos com grau de eficiência suficiente para garantir a adequação e confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Busca constantemente aperfeiçoar seus controles internos, através de revisões periódicas dos mapeamentos de processos e, consequentemente, efetuando as atualizações do seu ERP ("*Enterprise Resource Planning*"), sempre norteando as regras das legislações pertinentes.

a) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não se aplica.